

## **1. Princípios essenciais da Escola Austríaca**

Uma das principais carências dos programas de estudo das nossas Faculdades de Economia é que nos mesmos, até agora, não se tem oferecido aos estudantes uma visão completa e integrada dos elementos teóricos essenciais que constituem as contribuições da moderna Escola Austríaca de Economia. No presente capítulo pretende-se cobrir essa importante lacuna, assim como dar uma visão panorâmica dos elementos diferenciadores essenciais da Escola Austríaca, visão essa que ajude a compreender a evolução histórica do seu pensamento, que será exposto nos capítulos posteriores. Para isso, apresenta-se no quadro 1.1., de uma forma clara e sintética, quais são as diferenças essenciais que existem entre a Escola Austríaca e o paradigma dominante (neoclássico) que, de uma forma geral, é o ensinado nas nossas universidades. Desta maneira será possível entender de uma forma simples e rápida a diferença

de pontos de vista entre ambas as abordagens que de seguida serão analisados com maior detalhe.

### Quadro 1.1.

*Diferenças essenciais entre a Escola Austríaca e a Neoclássica*

Pontos de comparação	Paradigma austríaco	Paradigma neoclássico
1. Conceito de economia (princípio essencial):	Teoria da acção humana entendida como um processo dinâmico (praxeologia).	Teoria da <i>decisão</i> : maximização sujeita a restrições (conceito estrito de “racionalidade”).
2. Perspectiva metodológica:	<i>Subjectivismo</i> .	Estereótipo do <i>individualismo metodológico</i> (objectivista).
3. Protagonista dos processos sociais:	<i>Empreendedor</i> criativo.	<i>Homo oeconomicus</i> .
4. Possibilidade de os agentes se equivocarem a priori e natureza do ganho empresarial:	Admite-se a possibilidade de serem cometidos erros empresariais puros que poderiam ter sido evitados com maior perspicácia empresarial na percepção de oportunidades de lucro.	Não se admite que existam erros dos quais alguém se possa arrepender, uma vez que todas as decisões passadas se racionalizam em termos de custos e benefícios. Os lucros empresariais são considerados como a renda de mais um factor de produção.
5. Concepção da informação:	O conhecimento e a informação são <i>subjectivos</i> , estão <i>dispersos</i> e <i>alteram-se</i> constantemente (criatividade empresarial). Distinção radical entre conhecimento científico (objectivo) e prático (subjectivo).	Pressupõe-se a existência de informação perfeita (em termos certos ou probabilísticos), objectiva e <i>constante</i> a propósito de fins e de meios. Não se distingue entre conhecimento prático (empresarial) e científico.

<b>Pontos de comparação</b>	<b>Paradigma austríaco</b>	<b>Paradigma neoclássico</b>
6. Ponto de referência:	Processo geral com tendência coordenadora. Não se distingue entre a micro e a macroeconomia: todos os problemas económicos são estudados de forma interrelacionada.	Modelo de equilíbrio (geral ou parcial). Separação entre a micro e a macroeconomia.
7. Conceito de «concorrência»:	Processo de rivalidade empresarial.	Situação ou modelo de «concorrência perfeita».
8. Conceito de custo:	<i>Subjectivo</i> (depende da capacidade empresarial para descobrir novos fins alternativos).	Objectivo e constante (pode ser conhecido e medido por uma terceira parte).
9. Formalismo:	Lógica <i>verbal</i> (abstracta e formal) que permite a consideração do tempo subjectivo e da criatividade humana.	Formalismo <i>matemático</i> (linguagem simbólica própria da análise de fenómenos atemporais e constantes).
10. Relação com o mundo empírico:	Raciocínios <i>apriorístico-dedutivos</i> : Separação radical e, quando necessário, coordenação entre teoria (ciência) e história (arte). A história não pode ser utilizada para testar as teorias.	Verificação <i>empírica</i> das hipóteses (pelo menos retoricamente).
11. Possibilidades de previsão específica:	Impossível, uma vez que o que vai suceder no futuro depende de um conhecimento empresarial ainda não criado. Apenas são possíveis <i>pattern predictions</i> de tipo qualitativo e teórico sobre as consequências descoordenadas do intervencionismo.	A previsão é um objectivo que se procura de forma deliberada.

Pontos de comparação	Paradigma austríaco	Paradigma neoclássico
12. Responsável pela previsão	O empresário.	O analista económico (engenheiro social).
13. Estado actual do paradigma:	Notável <i>renascimento</i> nos últimos 25 anos (especialmente depois da crise do keynesianismo e da queda do socialismo real).	Situação de <i>crise e mudança</i> acelerada.
14. Quantidade de “capital humano” investido :	<i>Minoritário</i> , mas crescente	<i>Maioritário</i> , mas com sinais de crescente dispersão e desagregação.
15. Tipo de “capital humano” investido:	Teóricos e filósofos multidisciplinares. Liberais radicais.	Especialistas em intervencionismo económico ( <i>piecemeal social engineering</i> ). Grau de compromisso com a liberdade muito variável.
16. Contribuições mais recentes:	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Análise crítica da coacção institucional (socialismo e intervencionismo).</li> <li>● Teoria da banca livre e dos ciclos económicos.</li> <li>● Teoria evolutiva das instituições (jurídicas, morais).</li> <li>● Teoria da função empresarial.</li> <li>● Análise crítica do conceito de «Justiça Social».</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Teoria da Escolha Pública.</li> <li>● Análise económica da família.</li> <li>● Análise económica do direito.</li> <li>● Nova macroeconomia clássica.</li> <li>● Teoria económica da “informação” (<i>economics of information</i>).</li> <li>● Novos keynesianos.</li> </ul>
17. Posição relativa de diferentes autores:	Rothbard, Mises, Hayek, Kirzner	Coase, Friedman, Becker, Samuelson, Stiglitz

### **1.1. A teoria da acção dos austríacos frente à teoria da decisão dos neoclássicos**

Para os teóricos austríacos, a Ciência Económica é concebida como uma teoria da acção mais do que da decisão, e esta é uma das características que mais os separa dos seus colegas neoclássicos. De facto, o conceito de acção humana engloba e supera, em muito, o conceito de decisão individual. Em primeiro lugar, para a Escola Austríaca, o conceito relevante de acção inclui, não só um hipotético processo de decisão num enquadramento de conhecimento “dado” sobre os fins e os meios, mas sobretudo, e isto é o mais importante, “a própria percepção do sistema de fins e de meios” (Kirzner, 1998: 48) no seio do qual tem lugar a alocação económica que os neoclássicos tendem a estudar com carácter de exclusividade. O importante para os austríacos não é que se tenha tomado uma decisão, mas sim que a mesma é levada a cabo sob a forma de uma acção humana ao longo de cujo *processo* (que eventualmente pode chegar ou não a concluir-se) se produzem uma série de interacções e actos de coordenação cujo estudo constitui, para os austríacos, o objecto de investigação da Ciência Económica. Por isso, para a Escola Austríaca, a Ciência Económica, longe de ser um conjunto de teorias sobre escolha ou decisão, é um *corpus* teórico que trata dos processos de interacção social, que poderão ser mais ou menos coordenados, dependendo da capacidade demonstrada no exercício da acção empresarial por parte dos agentes implicados.

Os austríacos são especialmente críticos da concepção restrita de economia que tem a sua origem em Robbins e na sua conhecida definição da mesma como ciência que estuda a utilização de meios escassos susceptíveis de usos alternativos para a satisfação de necessidades humanas (Robbins, 1932). A concepção de Robbins supõe implicitamente um conhecimento dado sobre os fins e os meios, com o qual se reduz o problema económico a um problema técnico de mera alocação, maximização ou optimização, submetido a restrições que se supõe serem também conhecidas. Ou seja, a concepção de economia em Robbins corresponde ao coração do paradigma neoclássico e pode considerar-se completamente alheia à metodologia da Escola Austríaca tal como ela hoje é entendida. Com efeito, o homem “robbinsiano” é um autómato ou simples caricatura do ser humano que se limita a reagir de forma passiva face aos acontecimentos. Em oposição a esta concepção de Robbins, há que destacar a postura de Mises, Kirzner e do resto dos economistas austríacos, que consideram que o homem, mais do que alocar meios “dados” a fins também “dados”, procura constantemente novos fins e meios, aprendendo com o passado e usando a sua imaginação para descobrir e criar (mediante a acção) o futuro. Por isso, para os austríacos, a economia está integrada dentro de uma ciência muito mais geral e ampla, uma teoria da acção humana (e não da decisão ou escolha humanas). Segundo Hayek, se esta ciência geral da acção humana “precisa de um nome, o termo ciências *praxeológicas*, agora claramente definido e

amplamente utilizado por Ludwig von Mises, parece ser o mais apropriado” (Hayek, 1952a: 24).

## **1.2. O subjectivismo austríaco frente ao objectivismo neoclássico**

Um segundo aspecto de importância crucial para os austríacos é o *subjectivismo*. Para a Escola Austríaca, a concepção subjectivista é essencial e consiste precisamente na tentativa de construir a Ciência Económica partindo sempre do ser humano real de carne e osso, considerado como agente criativo e protagonista de todos os processos sociais. Por isso, para Mises, “a teoria económica não estuda coisas e objectos materiais; estuda os homens, as suas apreciações e, conseqüentemente, as acções humanas que delas derivam. Os bens, as mercadorias, as riquezas e todas as demais noções de conduta não são elementos da natureza, mas sim elementos da mente e da conduta humana. Quem deseje entrar neste segundo universo deve abstrair-se do mundo exterior, centrando a sua atenção no significado das acções empreendidas pelos homens” (Mises, 1995: 111-112). É fácil portanto entender que para os teóricos da escola Austríaca, e em grande medida ao contrário dos neoclássicos, as restrições em economia não são impostas por fenómenos objectivos ou factores materiais do mundo exterior (por exemplo, as reservas de petróleo), mas antes pelo conhecimento humano de tipo

empresarial (a descoberta de um carburador que conseguisse duplicar a eficiência dos motores de explosão teria *o mesmo efeito económico* que uma duplicação do total de reservas físicas de petróleo). Por isso, para a Escola Austríaca, a produção não é um facto físico natural e externo, sendo antes, pelo contrário, um fenómeno intelectual e espiritual (Mises, 1995: 169).

### **1.3. O empresário austríaco frente ao homo oeconomicus neoclássico**

A função empresarial, à qual se dedicará grande parte do capítulo seguinte, é a força protagonista na teoria económica austríaca enquanto que, pelo contrário, está ausente na teoria económica neoclássica. A função empresarial é um fenómeno próprio do mundo real (que está sempre em desequilíbrio) que não tem lugar nos modelos de equilíbrio que absorvem a atenção dos autores neoclássicos. Além disso, os teóricos neoclássicos consideram que a função empresarial é apenas mais um factor de produção que pode ser alocado em função dos custos e benefícios esperados, não se dando conta de que, ao analisar o empresário desta forma, caem numa contradição lógica insolúvel: procurar recursos empresariais em função dos seus custos e benefícios esperados implica acreditar que se dispõe hoje de uma informação (valor provável dos seus benefícios e custos futuros) *antes de a mesma ter sido criada*

pela própria função empresarial. Ou seja, a principal função do empresário, como se verá mais adiante, consiste em criar e descobrir informação que antes não existia e, enquanto esse processo de criação não se leva a cabo, a mesma não existe nem pode ser conhecida, pelo que não há forma humanamente possível de efectuar com carácter prévio nenhuma decisão de alocação de tipo neoclássico com base nos benefícios e custos esperados.

Por outro lado, é hoje praticamente unânime entre os economistas austríacos considerar falaciosa a crença de que o lucro empresarial resulta da simples assunção de riscos. O risco, pelo contrário, não é senão mais um custo do processo produtivo, que nada tem a ver com o lucro empresarial puro que surge quando um empresário descobre uma oportunidade de ganho que até aí tinha passado despercebida e actua em conformidade para tirar partido da mesma (Mises, 1995: 953-955).

#### **1.4. A possibilidade de erro empresarial puro (austríacos) frente à racionalização a posteriori de todas as decisões (neoclássicos)**

Não é costume valorizar-se a diferença significativa entre o papel que o conceito de erro desempenha na Escola Austríaca e na Escola Neoclássica. Para os austríacos, é possível que se cometam erros empresariais “puros” sempre que

uma oportunidade de lucro permanece no mercado sem ser descoberta pelos empresários. É precisamente a existência deste tipo de erros que dá lugar, quando o mesmo é descoberto e eliminado, ao “lucro empresarial puro”. Para os autores neoclássicos, pelo contrário, nunca existem erros genuínos de tipo empresarial dos quais alguém se deva arrepender *a posteriori*. Isto é assim porque os neoclássicos racionalizam todas as decisões que tenham sido tomadas no passado em termos de uma suposta análise de custo-benefício efectuada sob a forma de uma operação de maximização matemática sujeita a restrições. Assim se compreende que os lucros empresariais puros não tenham razão de ser no mundo neoclássico e que estes, quando se mencionam, sejam considerados simplesmente como o pagamento pelos serviços de mais um factor de produção ou como a renda resultante da assunção de um risco.

### **1.5. A informação subjectiva dos austríacos frente à informação objectiva dos neoclássicos**

Os empresários geram constantemente nova informação que tem um carácter essencialmente subjectivo, prático, disperso e dificilmente articulável (Huerta de Soto, 1992: 52-67 e 104-110). Portanto, a percepção subjectiva da informação é um elemento essencial da metodologia austríaca que está ausente da economia neoclássica, pois esta última tende

sempre a tratar a informação de uma forma objectiva. A maior parte dos economistas não se apercebem de que quando austríacos e neoclássicos usam o termo *informação* se estão a referir a realidades radicalmente distintas. Com efeito, para os neoclássicos a informação é algo objectivo que, tal como as outras mercadorias, pode ser comprado e vendido no mercado como resultado de uma decisão maximizadora. Esta “informação”, armazenável em diferentes suportes, não é de forma alguma a *informação em sentido subjectivo* analisada pelos austríacos: conhecimento prático, relevante, subjectivamente interpretado, conhecido e utilizado pelo agente no contexto de uma acção concreta. Por isso os economistas austríacos criticam Stiglitz e outros teóricos neoclássicos da informação por não terem sido capazes de integrar a sua teoria da informação com a função empresarial, que é sempre a sua fonte geradora e protagonista. Além disso, para os austríacos, Stiglitz não entende que a *informação* é sempre essencialmente subjectiva e que os mercados por ele considerados “imperfeitos”, mais do que gerar “ineficiências” (no sentido neoclássico), permitem o aparecimento de oportunidades de potenciais lucros empresariais, oportunidades essas que tendem a ser descobertas e aproveitadas pelos empresários no processo de coordenação empresarial que estes continuamente impulsionam no mercado (Thomsen, 1992).

### **1.6. O processo empresarial de coordenação dos austríacos frente aos modelos de equilíbrio (geral e/ou parcial) dos neoclássicos**

Os economistas neoclássicos ignoram usualmente nos seus modelos de equilíbrio a força coordenadora da função empresarial. Com efeito, esta não só cria e transmite informação como também, e isto é o mais importante, impulsiona a *coordenação* entre os comportamentos desajustados que ocorrem na sociedade. Como se verá no capítulo seguinte, toda a descoordenação social constitui uma oportunidade de lucro latente até ser descoberta pelos empresários. Assim que o empresário se dá conta dessa oportunidade de lucro e actua para se aproveitar da mesma, esta desaparece e produz-se um *processo espontâneo de coordenação*, que é o que explica a tendência para o equilíbrio que existe em qualquer economia real de mercado. Além disso, o carácter coordenador da função empresarial é o único que torna possível a existência da teoria económica como ciência, entendida esta como um *corpus* teórico de leis de coordenação que constituem os processos sociais.

Os economistas austríacos estão interessados em estudar o conceito dinâmico de concorrência (entendido como um processo de rivalidade), enquanto que os economistas neoclássicos se centram exclusivamente nos modelos de equilíbrio que são próprios da estática comparativa (concorrência “perfeita”, monopólio, concorrência

“imperfeita” ou monopolística). Para os austríacos, portanto, não tem sentido a construção da Ciência Económica tendo por base o modelo de equilíbrio, pressupondo que toda a informação relevante para construir as respectivas funções de oferta e de procura se encontra “dada”. Os austríacos, pelo contrário, estudam preferencialmente o processo de mercado que conduziria eventualmente até um equilíbrio que em última instância nunca se alcança. Chega-se inclusivamente a falar de um modelo denominado de “*big bang* social”, que permite o crescimento sem limite do conhecimento e da civilização de uma forma tão ajustada e harmoniosa (ou seja, coordenada) como seja humanamente possível em cada circunstância histórica. Tal sucede porque o processo empresarial de coordenação social nunca pára nem se esgota. Ou seja, o acto empresarial consiste basicamente em criar ou transmitir nova informação que forçosamente há-de modificar a percepção geral de objectivos e de meios de todos os agentes implicados na sociedade. Isto dá lugar à aparição de novos desajustamentos que por sua vez originam novas oportunidades de lucro empresarial que tendem a ser descobertas e coordenadas pelos empresários; e assim sucessivamente, num processo dinâmico que nunca termina e que continuamente se expande e faz avançar a civilização (modelo de “*big bang* social” coordenado) (Huerta de Soto, 1992: 78-79).

Assim, o problema económico fundamental que se coloca na Escola Austríaca é muito diferente do que o analisado pelos economistas neoclássicos: consiste em estudar o processo

dinâmico de coordenação social no qual os diferentes seres humanos geram empresarialmente e de forma continuada nova informação (que, portanto, jamais está “dada”) ao procurar os fins e os meios que consideram relevantes no contexto de cada acção em que participam, estabelecendo dessa maneira, sem se darem conta, um processo espontâneo de coordenação. Para os austríacos, o problema económico fundamental não é de natureza técnica ou tecnológica, como geralmente consideram os teóricos do paradigma neoclássico ao suporem que os fins e os meios são “dados”. Para a Escola Austríaca, o problema económico fundamental não consiste na maximização de uma função objectivo conhecida submetida a restrições também elas conhecidas, sendo, pelo contrário, de natureza estritamente económica: *surge quando os fins e os meios são muitos e competem entre si, sendo que o conhecimento sobre os mesmos não está “dado”, encontrando-se disperso pelas mentes de inúmeros seres humanos que constantemente o criam e geram ex novo não sendo por isso sequer possível conhecer todas as possibilidades e alternativas existentes, nem a intensidade relativa com a qual se deseja tentar alcançar cada uma delas.*

É necessário compreender que mesmo aquelas acções humanas que mais parecem meramente maximizadoras e optimizadoras possuem sempre uma componente empresarial, uma vez que é preciso que o agente implicado nas mesmas se tenha dado conta previamente de que tal curso de acção (tão autómato, mecânico e reactivo), é o mais conveniente

dadas as circunstâncias concretas do caso em que se encontra. Ou seja, *a concepção neoclássica não é mais do que um caso particular, relativamente pouco importante, que é englobado e subsumido na concepção austríaca, a qual é muito mais geral, rica e explicativa da realidade social.*

Para os teóricos da Escola Austríaca não faz sentido a separação radical em compartimentos estanques entre a micro e a macroeconomia que os economistas neoclássicos costumam fazer. Pelo contrário, para os austríacos, os problemas económicos devem estudar-se conjuntamente e inter-relacionados entre si, sem distinguir a parte micro e macro dos mesmos. A radical separação entre os aspectos “micro” e “macro” da Ciência Económica é uma das insuficiências mais características dos modernos manuais introdutórios de Economia Política, que em vez de proporcionarem um tratamento unitário dos problemas económicos (como constantemente tentam os economistas austríacos), apresentam a Ciência Económica dividida em duas disciplinas distintas (a “micro” e a “macroeconomia”) que carecem de conexão entre si e que, portanto, podem estudar-se, e de facto estudam-se, separadamente. Como muito bem indica Mises, esta separação tem a sua origem na utilização de conceitos que, como o *nível geral de preços*, ignoram a aplicação da teoria subjectiva e marginalista do valor ao dinheiro e continuam ancorados na etapa pré-científica da economia na qual ainda se tentava efectuar a análise em termos de classes globais ou agregados de bens, mais do que em termos de unidades incrementais ou marginais dos

mesmos. Assim se explica como se desenvolveu toda uma “infeliz disciplina” baseada no estudo de supostas relações mecânicas existentes entre agregados macroeconómicos cuja conexão com a acção humana é muito difícil, senão mesmo impossível, de compreender (Mises, 1995: 482).

Em todo o caso, há que reconhecer que os economistas neoclássicos fizeram do modelo de equilíbrio o seu centro focal de investigação. Nele se supõe que toda a informação está “dada” (seja em termos certos ou probabilísticos) e que existe um ajustamento perfeito entre as diferentes variáveis de cada modelo. Do ponto de vista da Escola Austríaca, o principal inconveniente da metodologia neoclássica é que, ao supor-se a existência de um ajustamento perfeito entre as variáveis e parâmetros de cada modelo, pode-se chegar muito facilmente a conclusões erróneas quanto às relações de causa-efeito que existem entre os diferentes conceitos e fenómenos económicos. Desta forma, segundo os austríacos, *o equilíbrio actuarial como uma espécie de véu que impediria o teórico de conseguir descobrir a verdadeira direcção que existe nas relações de causa e efeito que fazem parte das leis económicas*. Para os economistas neoclássicos, mais do que leis de tendência unidireccionais, o que existe é uma mútua determinação (circular) de tipo funcional entre os diferentes fenómenos, cuja origem inicial (a acção humana) permanece oculta ou se considera não ter interesse.

### **1.7. O carácter subjectivo que os custos têm para os austríacos frente ao conceito de custo objectivo dos neoclássicos**

Outro elemento essencial da metodologia da Escola Austríaca é a sua concepção subjectiva dos custos. Muitos autores consideram que esta ideia pode ser incorporada sem grande dificuldade dentro do paradigma neoclássico dominante. No entanto, os teóricos neoclássicos apenas incorporam de forma retórica o carácter subjectivo dos custos acabando por o incorporar de forma objectivada nos seus modelos, ainda que mencionem a importância do conceito de “custo de oportunidade”. Para os austríacos, *custo é o valor subjectivo que o agente atribui aos fins aos quais renuncia quando decide empreender um determinado curso de acção*. Ou seja, não existem custos objectivos, uma vez que os mesmos estão continuamente a ser descobertos em cada circunstância através da perspicácia empresarial de cada agente. Com efeito, podem passar despercebidas muitas possibilidades alternativas que, uma vez descobertas empresarialmente, alterariam radicalmente a *concepção subjectiva dos custos* por parte do agente em causa. Não existem, portanto, custos objectivos que tendam a determinar o valor dos fins, sendo que na realidade sucede precisamente o contrário: os custos como valores subjectivos são assumidos (e, portanto, são determinados) em função do valor subjectivo que os fins desejados (bens finais de consumo) têm para o agente. Por isso, para os economistas

austríacos, são os preços dos bens finais de consumo, como materialização no mercado das avaliações subjectivas, que determinam os custos nos quais se está disposto a incorrer para os produzir, e não ao contrário como tão frequentemente dão a entender os economistas neoclássicos nos seus modelos.

### **1.8. O formalismo verbal dos austríacos frente à formalização matemática dos neoclássicos**

As duas escolas têm posições muito diferentes relativamente à utilização do formalismo matemático na análise económica. O fundador da Escola Austríaca, Carl Menger, teve o cuidado de assinalar que a vantagem da linguagem verbal consistia em esta permitir atingir a essência (das wesen) dos fenómenos económicos, algo que não é possível levar a cabo com a linguagem matemática. Com efeito, numa carta de 1884 que escreveu a Walras, Menger questionava-se: “Como se poderá alcançar o conhecimento da essência, por exemplo, do valor da renda da terra, do lucro empresarial, da divisão do trabalho, do bimetalismo, etc., através de métodos matemáticos?” (Walras, 1965: vol. II, 3). O formalismo matemático é particularmente adequado para descrever os estados de equilíbrio estudados pelos neoclássicos, mas não permite incorporar a realidade subjectiva do tempo nem a criatividade empresarial, que são características essenciais do discurso analítico dos teóricos da Escola Austríaca. Talvez

Hans Mayer tenha resumido melhor que ninguém as insuficiências da utilização do formalismo matemático na economia quando escreveu que “em essência, produz-se no coração das teorias matemáticas do equilíbrio uma ficção imanente, mais ou menos camuflada: de facto, todas elas relacionam, mediante equações simultâneas, magnitudes não simultâneas, que apenas surgem numa sequência genético-causal, como se estas existissem juntas em qualquer momento. Desta forma, o ponto de vista estático sincroniza os acontecimentos, quando o que existe na realidade é um processo dinâmico; no entanto, não se pode considerar um processo genético em termos estáticos sem eliminar precisamente a sua característica mais importante” (Mayer, 1994: 92).

As considerações anteriores explicam as razões pelas quais, para os membros da Escola Austríaca, muitas das teorias e conclusões da análise neoclássica carecem de verdadeiro sentido económico. É o caso, por exemplo, a denominada “lei da igualdade das utilidades marginais ponderadas pelos preços”, cujos fundamentos teóricos são mais do que duvidosos. Com efeito, esta lei supõe que o agente é capaz de avaliar de forma *simultânea* a utilidade de todos os bens à sua disposição, ignorando-se que toda a acção é *sequencial* e criativa e que os bens não se avaliam todos ao mesmo tempo, igualando a sua suposta utilidade marginal, mas sim um de cada vez, no contexto de etapas e acções distintas nas quais a correspondente utilidade marginal não só pode ser diferente

como nem sequer é comparável (Mayer, 1994: 81-83). Em suma, *para os austríacos, o uso da matemática na economia tem resultados nefastos porque as mesmas unem sincronicamente magnitudes que são heterogéneas do ponto de vista temporal e da criatividade empresarial*. Por esta mesma razão, para os economistas austríacos, não têm sentido os critérios axiomáticos de racionalidade utilizados pelos seus colegas neoclássicos. Com efeito, se alguém prefere A a B e B a C, pode perfeitamente preferir C a A, sem deixar de ser “racional” ou coerente, bastando para tal que, simplesmente, tenha mudado de opinião (mesmo que a mudança de opinião se dê durante o centésimo de segundo que dure o seu próprio raciocínio sobre este problema). Para os economistas austríacos, os critérios neoclássicos de racionalidade confundem o conceito de constância com o conceito de coerência (Mises, 1995: 123-124).

### **1.9. A conexão da teoria com o mundo empírico: os diferentes entendimentos do conceito de “previsão”**

A distinta relação com o mundo empírico e as diferenças quanto às possibilidades de previsão opõem radicalmente o paradigma da Escola Austríaca ao da Escola Neoclássica. Com efeito, para os austríacos, o facto de o “observador” científico não poder obter a informação subjectiva, que está continuamente a ser criada e descoberta de forma descentralizada pelos

agentes-empresários “observados” que protagonizam o processo social, fundamenta a sua convicção na impossibilidade teórica de efectuar testes empíricos em economia. Os austríacos consideram que as razões que determinam a impossibilidade teórica do socialismo são as mesmas que explicam que, tanto o *empirismo* como a análise custo-benefício ou utilitarismo na sua versão mais rígida, não sejam praticáveis na nossa Ciência. É irrelevante que seja um cientista ou um governante a tentar em vão obter a informação prática relevante em cada caso. Se tal fosse possível, tão fácil seria utilizar essa informação para coordenar a sociedade através de mandatos coactivos (engenharia social própria do socialismo e do intervencionismo) como para testar empiricamente as teorias económicas. Assim, pelas mesmas razões, *primeiro*, pelo imenso volume de informação de que se trata; *segundo*, pela natureza da informação relevante (disseminada, subjectiva e tácita); *terceiro*, pelo carácter dinâmico do processo empresarial (não se pode transmitir informação que ainda não foi gerada pelos empresários no seu constante processo de criação inovadora); e *quarto*, pelo efeito da coacção e da própria “observação” científica (que distorce, corrompe, dificulta ou simplesmente impossibilita a criação empresarial de informação), tanto o ideal socialista como o ideal positivista ou rigidamente utilitarista são impossíveis de atingir do ponto de vista da Escola Austríaca.

Os argumentos apresentados (que serão analisados com maior detalhe quando explicarmos a história da polémica em

torno da impossibilidade do cálculo económico socialista, são também aplicáveis para justificar a convicção dos austríacos na impossibilidade teórica de efectuar *previsões específicas* (ou seja, referentes a coordenadas de tempo e lugar determinadas e com um conteúdo empírico concreto) em economia. O que vai acontecer amanhã não pode ser cientificamente conhecido hoje, uma vez que depende em grande medida de um conhecimento e de uma informação que ainda não foram gerados empresarialmente e que não podem por isso possuir-se hoje. Em economia, portanto, apenas se podem efectuar “previsões de tendência” de tipo genérico, que Hayek denomina *pattern predictions*. Estas previsões são de natureza exclusivamente qualitativa e teórica e referem-se à previsão dos desajustes e efeitos de descoordenação social originados pela coacção institucional (socialismo e intervencionismo) que se exerce sobre o mercado.

Além disso, há que recordar a inexistência de factos objectivos que sejam directamente observáveis no mundo exterior, a qual deriva da circunstância de, de acordo com a concepção subjectiva dos austríacos, os objectos de investigação na Ciência Económica não serem mais do que as *ideias* que os indivíduos têm sobre o que desejam e fazem. Estas ideias não são nunca directamente observáveis, apenas podendo ser interpretadas em termos históricos. Para interpretar a realidade social que constitui a história, é preciso dispor de uma teoria prévia, requerendo-se ainda para o efeito um juízo de relevância não científico (*verstehen* ou compreen-

são) que não é objectivo e que pode variar de historiador para historiador convertendo a disciplina (a história) numa verdadeira arte.

Finalmente, os austríacos consideram que os fenómenos empíricos são continuamente variáveis, de maneira que nos acontecimentos sociais não existem parâmetros nem constantes, sendo que tudo são “variáveis”, o que torna muito difícil, se não impossível, o objectivo tradicional da econometria, assim como o programa metodológico positivista em qualquer das suas versões (desde o verificacionismo mais ingénuo ao falsificacionismo popperiano mais sofisticado). Frente ao ideal positivista dos neoclássicos, os economistas austríacos pretendem construir a sua disciplina de uma maneira apriorística e dedutiva. Trata-se, em suma, de elaborar todo um arsenal lógico-dedutivo a partir de conhecimentos auto-evidentes (axiomas como o próprio conceito subjectivo da acção humana com os seus elementos essenciais que, ou surgem por introspecção da experiência íntima do cientista, ou se considera serem auto-evidentes porque ninguém os pode discutir sem se auto-contradizer (Hoppe, 1995; Caldwell, 1994: 117-138). Este arsenal teórico é imprescindível, de acordo com os austríacos, para interpretar adequadamente esse conjunto de complexos fenómenos históricos aparentemente sem conexão que constitui o mundo social, assim como para elaborar uma história do passado ou uma prospecção de eventos futuros (que é a missão própria do empresário) com um mínimo de coerência, de garantias e de possibilidades de

êxito. Entende-se agora a grande importância que os austríacos em geral atribuem à história como disciplina e à sua distinção da teoria econômica, relacionando-as adequadamente (Mises, 1975).

Hayek denomina de “cientismo” (*scientism*) a aplicação indevida do método próprio das ciências da natureza ao campo das ciências sociais (Hayek, 1952a). No mundo natural existem constantes e relações funcionais que permitem a aplicação da linguagem matemática e a realização de experiências quantitativas em laboratório. No entanto, para os economistas austríacos, na Ciência Econômica, e ao contrário do que sucede no mundo da física, da engenharia e das ciências naturais, não existem relações funcionais (nem, por isso, funções de oferta, nem de procura, nem de custos, nem de nenhum outro tipo). Recordemos que, matematicamente, e segundo a teoria dos conjuntos, uma função não é mais do que uma correspondência biunívoca entre os elementos dos conjuntos denominados “conjunto original” e “conjunto imagem”. Ora, dada a inata capacidade criativa do ser humano, que continuamente gera e descobre nova informação em cada circunstância concreta em que actua, é evidente que em economia não se verifica nenhum dos três elementos necessários para que surja uma relação funcional: *a)* não estão dados nem são constantes os elementos do conjunto origem; *b)* não estão dados nem são constantes os elementos que constituem o conjunto imagem, e *c)* e este é o elemento mais importante, *as correspondências entre os elementos de um e de outro conjunto também não estão dadas,*

*uma vez que variam continuamente em resultado da acção e da capacidade criativa do ser humano.* De maneira que, na nossa Ciência, e de acordo com os austríacos, a utilização de funções exige a introdução de um *pressuposto de constância* na informação que elimina radicalmente o protagonista de qualquer processo social: o ser humano dotado da sua inata capacidade empresarial criativa. O grande mérito dos austríacos consiste em ter demonstrado que é perfeitamente possível elaborar todo o *corpus* da teoria económica de uma forma lógica e considerando o tempo e a criatividade (*praxeologia*), ou seja, sem necessidade de utilizar funções nem de estabelecer pressupostos de constância que não se coadunam com a natureza do ser humano, que é o verdadeiro e único protagonista de todos os processos sociais que constituem o objecto de investigação da Ciência Económica. Os teóricos austríacos têm vindo a insistir especialmente nas insuficiências dos estudos empíricos para promover o desenvolvimento da teoria económica. Até os mais destacados economistas neoclássicos tiveram que admitir que existem algumas importantes leis económicas (como a teoria da evolução e da selecção natural) que não são empiricamente verificáveis (Rosen, 1997). Com efeito, os estudos empíricos poderão, quando muito, fornecer alguma informação, historicamente contingente, sobre certos elementos dos resultados dos processos sociais que tiveram lugar na realidade, mas não podem nunca proporcionar informação sobre a estrutura formal desses processos, cujo conhecimento constitui

precisamente o objecto de investigação da teoria económica. Por outras palavras, as estatísticas e os estudos empíricos não podem proporcionar qualquer conhecimento teórico (acreditar no contrário foi precisamente o erro, como adiante se verá, em que caíram os historicistas da Escola Alemã do século XIX, e que hoje em grande medida repetem os economistas da Escola Neoclássica). Além disso, e como muito bem evidenciou Hayek no seu discurso de aceitação do Prémio Nobel, em muitas ocasiões, os agregados que são mensuráveis em termos estatísticos carecem de significado teórico e, vice-versa, muitos conceitos com um significado teórico fundamental não são mensuráveis nem permitem um tratamento empírico (Hayek, 1976b: 9-32).

### **1.10. Conclusão**

As principais críticas que os economistas austríacos fazem aos neoclássicos e que evidenciam os elementos básicos diferenciadores do seu ponto de vista são os seguintes: em *primeiro lugar*, concentrarem-se exclusivamente em estados de equilíbrio através de um modelo maximizador que assume como “dada” a informação de que necessitam os agentes para as suas funções objectivo e restrições; *segundo*, a escolha, em muitos casos arbitrária, de variáveis e parâmetros tanto para a função objectivo como para as restrições, tendendo a incluir os aspectos mais óbvios e esquecendo outros de grande

importância, mas cujo tratamento empírico é mais difícil (valores morais, hábitos e tradições, instituições, etc.); *terceiro*, centrarem-se nos modelos de equilíbrio que tratam com o formalismo da matemática e que ocultam as verdadeiras razões de causa e efeito; e *quarto*, elevar ao nível de conclusões teóricas o que não são mais do que meras interpretações da realidade histórica, que podem ser relevantes em algumas circunstâncias concretas, mas que não se pode considerar como tendo uma validade teórica universal, uma vez que apenas se baseiam num conhecimento historicamente contingente.

As considerações anteriores não significam que todas as conclusões que até agora surgiram na análise neoclássica sejam erróneas. Uma parte importante delas pode ser recuperada e ser considerada válida. Os teóricos austríacos querem unicamente realçar que não existe qualquer garantia quanto à validade das conclusões a que os economistas neoclássicos chegam, de maneira que aquelas que sejam válidas podem ser obtidas de forma mais segura através da análise dinâmica que os austríacos preconizam. A análise dinâmica dos austríacos tem ainda a virtualidade de permitir identificar as teorias erróneas (também muito numerosas) pondo em evidência os vícios e os erros que actualmente são ocultados pelo método empírico baseado no modelo de equilíbrio no qual se fundamentam os economistas do paradigma dominante.

